

Memória de Reunião
Fórum de discussão permanente sobre o processo de reabertura da Rodovia BR-319

No dia 09 de outubro de 2017, às 14h, no mini auditório da OAB-AM, compareceram os presentes relacionados na lista em anexo, sob a presidência do Advogado Marco Aurélio Choy, Presidente da OAB-AM, e do Procurador da República Rafael da Silva Rocha, para a terceira reunião do fórum permanente sobre o processo de reabertura da Rodovia BR-319.

Aberta a reunião pelo Presidente da OAB-AM, houve a composição da mesa. Após, o Dr. Rafael esclareceu o objetivo da reunião, perguntou se havia reparos na ata anterior e se a pauta apresentada estava aprovada pela assembleia. Propôs que a próxima reunião ocorra no município de Manicoré.

O Dr. Marco, da Comissão de Defesa da Amazônia da OAB-AM, perguntou ao DNIT se havia possibilidade de revisão do cronograma, pois a previsão para a entrega dos estudos do componente indígena é apenas para o ano de 2019. Pediu que a discussão sobre esse ponto fosse retomada. O Dr. Rafael sugeriu que o representante do DNIT, Fabio Porto Galvão, pronuncie-se sobre este ponto em sua manifestação inicial. Passou a palavra aos componentes da mesa.

Em primeiro lugar, falou o Dr. Fábio, Superintendente do DNIT-AM, esclarecendo que o termo de referência precisa ser cumprido, não havendo possibilidade de revisão dos prazos estabelecidos, pelo menos no momento.

A seguir falou o Sr. Caio Cesar, representante da Secretaria de Segurança Pública, dizendo que o prazo de 2019 é bom para a instituição, pois precisam se preparar para a grande demanda que se espera. Disse que existem benefícios e problemas que serão gerados com a abertura da rodovia.

O ex-Prefeito de Manaus e ex-diretor do DERA, Sr. José Fernandes, falou que participou da elaboração do primeiro documento sobre a BR-319, quando era ainda estagiário do DERA. Afirmou que, já naquela época, havia oposição à sua construção, sendo que até hoje existem pessoas que dizem que as estradas da Amazônia são os rios. No entanto, pontuou que as estradas é que trazem a ocupação, o povoamento da Amazônia e por isso são necessárias.

A seguir, falou o Tenente Coronel Cleber do 2º Grupamento de Engenharia do Exército. Declarou que sua instituição tem grandes parcerias com o DNIT e estará atenta às discussões.

Por último, falou o Prof. Menabarreto Segadilha França, representando o projeto “Educar para a Cidadania”. Disse haver grande preocupação com a abertura da estrada, narrando viagens e atendimentos médicos que realizou na estrada. Citou exemplos da Transamazônica e da Belém-Brasília. Disse que gostaria da participação da Comissão de Meio Ambiente da OAB, e que não pode haver pressa neste processo. Que a discussão de projetos megalomaniacos precisa ser feita sem paixões e sem interesses escusos. **Deixou para o fórum algumas reflexões: uma nota pública assinada pelo GTA e outras instituições sobre o licenciamento ambiental da BR 319 - “Desenvolvimento sim, a qualquer custo não”; e um estudo sobre a eficiência econômica: riscos e custos ambientais sobre a BR 319; e ainda um trabalho realizado por professor de Geografia que estuda os custos dos modais de transporte, demonstrando que o rodoviário é o mais caro.** Que as estradas na Amazônia são ainda mais caras, e construídas sem atenção às normas técnicas. Que a Prof. Adorea, também do Departamento de Geografia da UFAM, já deixou um trabalho na Comissão de Meio Ambiente da OAB, demonstrando que a localização, no interflúvio Purus-Madeira, demandará manutenção constante da estrada, o que pode torná-la inviável do ponto de vista econômico. Citou outros exemplos de estradas construídas e que hoje não servem para o seus objetivos. Que o fórum precisa discutir também questões de saúde pública, como esquistossomose, doença de chagas e outras. Por isso, pediu cautela e responsabilidade.

A seguir, o Dr. Rafael leu os encaminhamentos definidos na última reunião, conforme a ata. Um dos encaminhamentos é que a reunião do mês de novembro ocorra no município de Manicoré e sugeriu o dia 21 de novembro (terça-feira) para a realização de reunião com as autoridades locais e audiência pública no município. A SSP, SEMA, DNIT, MPF, Exército, FIEAM e a OAB-AM confirmaram presença.

O Advogado Dr. Flavio, da Comissão de Defesa da Amazônia da OAB-AM, disse ser importante perguntar antes do DNIT sobre a condição de trafegabilidade no ramal de Manicoré (BR-174) nesta época de chuvas. O MPF se responsabilizou por fazer os contatos com as autoridades locais e o planejamento da audiência pública.

Outro encaminhamento da reunião passada foi que o DNIT apresentasse informações sobre a sinalização no Igapó-Açu, havendo o Dr. Fabio respondido que foi instalada a sinalização vertical no Igapó-Açu e em outra comunidade, e nesta semana será instalada na comunidade Céu Azul. Sobre a implantação de lixeiras, disse que o DNIT se compromete a prever esta atividade no projeto executivo da pavimentação. **Deixou documentos e fotografias sobre a instalação da sinalização com o MPF, em arquivo digital, que será compartilhado com todos os componentes do fórum.**

Sobre o encaminhamento dos relatórios parciais do EIA-RIMA pelo DNIT ao MPF, o Dr. Rafael esclareceu que foram recebidos e serão analisados pela assessoria pericial do MPF.

A Sra. Dionéia Ferreira – gestora da RDS Igapó-Açu da SEMA - registrou a presença de duas presidentes de associações comunitárias do Igapó-Açu, representando as populações residentes no trecho do meio da BR 319.

Como próximo ponto da ata da reunião passada, o MPF solicitou informações sobre o comitê interinstitucional, tendo sido expedido ofício circular aos órgãos que o compõem, o qual ainda não foi respondido. Também expediu ofício à SEFAZ sobre a instalação de balanças, o qual também ainda não foi respondido. Acredita que, na próxima reunião, poderá trazer as respostas para a análise do fórum. O advogado Dr. Flavio lamentou a ausência da Polícia Rodoviária Federal para discutir a questão das balanças e que o problema de peso excessivo ocorre somente no sentido Porto Velho-Manaus, sendo que a PRF tem condições de fiscalizar este transporte por meio das notas fiscais e vistorias nos pneus dos caminhões. Que o problema (assim como o do lixo) é a falta do respeito às leis no Brasil.

Uma das presidentes das associações comunitárias disse que todos os dias a **empresa Transchico** tem realizado o trânsito de carretas com peso superior a 36 toneladas, que passam na balsa do Igapó-Açu. A Dra. Renné Veiga disse que tem fotografias desta situação, inclusive alguns caminhões transitando sem placa, o que gera suspeitas sobre o conteúdo da carga. Não foi identificada nenhuma carga das empresas da SUFRAMA.

O Dr. Rafael disse que tratará as denúncias como representação e solicitará a sua distribuição a um dos escritórios da procuradoria com atribuição para adotar as medidas pertinentes.

A seguir, o Dr. Rafael propôs a criação de comissões temáticas (a exemplo do que ocorre no Fórum Estadual de Agrotóxicos), sugerindo inicialmente três comissões:

- a) comissão de comando e controle – somente com os órgãos ambientais e de segurança pública, até para preservar o sigilo de informações sobre fiscalizações, por exemplo;
- b) comissão de regularização fundiária – com INCRA, Terra Legal, gestores das UCs e outros interessados (podendo ser aberta desde que não haja discussão de assuntos sigilosos); e
- c) comissão de desenvolvimento municipal – aberta a qualquer participante.

O Prof. Menabarreto sugeriu a criação de uma comissão aberta a qualquer interessado para discutir temas ambientais. O Dr. Rafael sugeriu que estas questões sejam tratadas na comissão de desenvolvimento municipal. Houve a concordância, desde que a questão ambiental seja central e não a discussão política. A Sra. Dionéia disse que a questão ambiental é um tema transversal que deve estar presente em todas as comissões, acreditando ser mais estratégico a não criação de uma comissão específica, para não segmentar a discussão.

O Sr. Akis, gestor de 3 UCs no trecho do meio da BR-319 (SEMA), sugeriu que a discussão ambiental fosse feita no grupo de regularização fundiária, que poderia ter o nome de comissão de gestão territorial e ambiental.

O Dr. Flavio, advogado, disse que sem regularização fundiária há o crescimento desordenado, como no Sul do Pará.

O representante do IBAMA (chefe da fiscalização) disse que ficou para a autarquia, como tarefa da última reunião, apresentar quais as rodovias brasileiras que foram licenciadas com EIA-RIMA, havendo trazido o material que foi solicitado com esta informação. Sobre as comissões, pediu que apresentassem ao IBAMA o resultado de seus estudos, podendo participar de qualquer reunião na qual for necessário. Mas disse não ter disponibilidade de participar de todas as reuniões, apenas sobre temas pontuais. O Dr. Rafael disse que seria importante o IBAMA participar pelo menos da comissão de comando e controle.

Em seguida, foi definida a composição das **comissões temáticas**:

a) comando e controle – MPF, Exército, IBAMA, IPAAM, ICMBio, SEMA, FUNAI, PM-AM, Corpo de Bombeiros, PRF e Polícia Federal e Polícia Civil (sem a participação de órgãos municipais).

A Associação de Amigos da BR 319 (Sr. André) disse que quer poder encaminhar as denúncias que tem conhecimento para a comissão. O Dr. Rafael disse que as infrações podem ser denunciadas diretamente ao MPF, que encaminhará aos órgãos responsáveis, se for o caso.

b) regularização ambiental e fundiária – INCRA, Terra Legal, SPU, SPF, ICMBio, SEMA (Akis), IBAMA, IPAAM, OAB-AM – Comissão de Meio Ambiente, MPF, IDESAM, SPF, Movimento Educar para a Cidadania (Prof. Menabarreto), FIEAM e Associação Amigos da BR 319.

O Dr. Juliano da SPF informou que o novo governo estadual vem discutindo a reestruturação da política fundiária no Estado. Houve a confirmação de que esta é a primeira participação da SPF no Fórum.

c) desenvolvimento municipal – Comissão de Meio Ambiente da ALEAM, Comissão de Assuntos Municipais e Revisão Territorial da ALEAM, MPF, FIEAM, Associação de Amigos da BR 319, IDESAM, SEMA (Dionéia), Associação Comunitária São Sebastião do Igapó-Açu, Associação Comunitária Nova Geração do Igapó-Açu e Secretaria de Assistência Social - SEAS.

O MPF oficiará a cada instituição, solicitando a indicação de representantes (titular e suplente) para as comissões, com nome completo, cargo, e-mail e telefone. Que a participação não é obrigatória e poderá ser justificada eventual ausência de interesse.

O Dr. Marco da OAB-AM disse que a BR 319 foi inaugurada em 1975, portanto tem mais de 41 anos, e que a discussão do interflúvio Purus-Madeira é recorrente, sobretudo com os impactos das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau sobre a hidrovía do Rio Madeira. Que a discussão tem que ser ampla, sobre sustentabilidade, geração de emprego e renda e outros assuntos. Que o suporte da rodovia é um desafio da engenharia civil. Um dos trechos com maior dificuldade é justamente os 170km saindo do Careiro da Várzea até o Rio Tupana, onde foram usadas rochas na construção como reforço do sub-leito. A questão do peso é importante, pois o que destrói rodovias é o excesso de peso, sendo que o limite da BR 319 é de 23 toneladas. É difícil entender qual o motivo da falta de controle de peso na estrada. O trecho do meio (do km 250 ao 655) não precisa de reconstrução, sendo feito esforço pelo DNIT para manter a trafegabilidade, com a rodovia sendo utilizada de modo precário. Que no final da década de 70 e início da década de 80, quando era asfaltada, se levava cerca de 10h de Manaus a Humaitá. Que a OAB tem promovido diálogos com as comunidades locais. Que não se pode falar em preservação ambiental e esquecer o ser humano. Que na temática do desmatamento, há a hipótese de que, trazendo condições de trafegabilidade para a BR 319, isto possibilitará a presença do Estado para coibir ações criminosas, pois hoje apenas o “meliante” tem acesso à região e o Poder Público tem dificuldade para chegar. Citou o exemplo da TI Waimiri-Atroari na BR 174, que está protegida mesmo com a existência da rodovia há mais de 20 anos. Que é preciso pensar alternativas para que o Amazonas dependa cada vez menos do Polo Industrial. O isolamento rodoviário traz um grande prejuízo. É preciso escutar os comunitários, como fizeram no Igapó-Açu na caravana realizada no dia 03 de setembro, recebendo relatos de que na década de 70 e 80 a região era próspera e depois foi abandonada pelo Poder Público. Disse que não se podem usar pesos e medidas diferentes, pois foram permitidas Santo Antônio e Jirau. Que não se pode perder tempo e recursos públicos nessa manutenção constante, a cada ano destruída pelas chuvas e pelo excesso de peso sem fiscalização. O cronograma elástico como proposto para a conclusão do EIA-RIMA é um problema, pois seria terminado em março de 2018, mas por causa das populações indígenas o prazo foi transferido para maio de 2019.

O Prof. Menabarreto disse que o morador mais antigo da BR 319, que precisa ser respeitado, é o indígena. Que em Apuí, moradores estão sendo forçados a vender suas propriedades para plantadores de soja, depois vem o gado, a cana-de-açúcar, etc, convertendo a floresta em outros usos econômicos. Que precisam discutir todas as posições, desde que não tenha interesse de grupos como as empresas de transporte (União Cascavel), fazendeiros, sojicultores, etc. Que em 2013, conseguiram uma emenda no orçamento estadual para que todo médico, ao ingressar na carreira pública estadual, fosse obrigado a ir primeiro para o interior, como o juiz e o promotor, mas o Governo não aprovou a emenda. Pediu que a OAB articulasse uma reunião também com a Comissão do Dr. Carlos, para discutir os documentos que o movimento Educar para a Cidadania dispõe.

Ficou combinado o tempo de 5 minutos para cada pronunciamento dos presentes.

A seguir, falou o Sr. Akis da SEMA, que trabalha há vários anos na BR 319, como gestor de UC's, verificando que é uma área muito preservada. Há uma preocupação muito grande com a manutenção desta condição ao longo do tempo, a partir do asfaltamento da BR. Que desde 2007 para cá começou a discussão sobre este asfaltamento no Amazonas. Que deixa a sugestão de que o fórum discuta o modelo da rodovia. Que no governo Melo houve uma sugestão de modelo para a rodovia com o cercamento, etc, mas não se fala mais na viabilidade disso.

O Dr. Rafael perguntou ao DNIT em que fase está o planejamento. O Dr. Fabio disse que já existe projeto básico e executivo, há 10 anos (precisando de atualização), mas depende do licenciamento ambiental. Que como é uma obra do PAC, podem licitar o projeto e a obra em conjunto (quem elabora o projeto, executa a obra). De 2013 pra cá vem fazendo o serviço de manutenção, descaracterizando os levantamentos que constam dos projetos feitos de 2005 a 2007.

O Dr. Rafael solicitou que na próxima reunião de Manaus, que acontecerá na FIEAM, o DNIT apresente estes projetos existentes para conhecimento dos participantes do fórum, inclusive para que possam apresentar eventuais sugestões.

A Sra. Dionéia disse que vem acompanhando o processo há 9 anos e se incomoda com os discursos carregados de mágoas e interesses políticos com poucas contribuições técnicas, o que tem atrapalhado a discussão, pois o processo é técnico e não político. Os principais problemas que embasaram o embargo administrativo da obra pelo IBAMA continuam existindo, não foram solucionados em todo esse tempo decorrido. Que estão falando do coração da Amazônia e precisam esvaziar o discurso político. Que os moradores do Igapó-Açu não são favoráveis à construção de ponte na comunidade, e precisam pensar em uma alternativa, do ponto de vista técnico, para não prejudicar os moradores que estão lá há 40 anos, pois a ponte, como planejada, passará por cima da comunidade. Que o processo conduzido pelo MPF é para o fortalecimento da governança, e que somente com essa condição o cenário poderá ser favorável a uma estrada sem a catástrofe anunciada como aconteceu em outras estradas na Amazônia. Que os formadores de opinião dizem para os comunitários que o meio ambiente atrapalha o “desenvolvimento” e isso gera mal entendidos, mas a gestão responsável das UC’s vem desconstruindo este discurso. Que sofrem ameaças de madeireiros por serem servidores da área do meio ambiente, em razão da disseminação desse discurso de ódio.

O Sr. André, da Associação de Amigos da BR 319, disse que além da questão técnica existe sim a política, sendo este o trabalho deste fórum. Que a reunião de todos esses tomadores de decisão e entidades só poderia ser obtida pelo MPF. Que a associação tem buscado traçar alguns planos, pois a falta de praticidade, de encaminhamentos concretos, com prazos determinados, tem atrapalhado. Que o estudo das comunidades indígenas terminará somente em 2019 para que, enfim, possa ser reapresentado o EIA-RIMA. Que estão articulando uma caravana com saída de Manaus, Acre e Rondônia, com apoio da Rede Amazônica, até Brasília, para se reunirem com o Ministro do Meio Ambiente para pedirem agilidade no licenciamento ambiental do trecho do meio e da BR 364. Esta é uma ação política, mas não se distanciam da questão técnica, pois a cada visita na BR 319 tiram fotos e vídeos demonstrando que não existem espinhas de peixe, e se as UC’s estão trabalhando de fato na conscientização dos moradores da BR 319. Que não podem mais passar anos e anos tendo embargos da Justiça e dos órgãos ambientais, sem fiscalização. **Que como exemplo disse que um caminhão de piche saiu de Manaus para Porto Velho, com 70 toneladas, e não foi parado no posto da PRF no CEASA.** Que sem balança, a carga pode ser verificada pelas notas fiscais. Que na bola de Humaitá existe uma balança e o Governo do Estado já havia se manifestado na última reunião, dizendo que fariam um termo de cooperação para que a PRF utilizasse essa balança. Pediu que, na próxima reunião, o Governo do Estado trouxesse informações sobre este termo de cooperação. Que o Prefeito do Careiro também já colocou o município à disposição para receber a reunião do fórum no ano que vem.

Sobre o caminhão de piche com 70 toneladas, o MPF também recebe como representação, e será encaminhada ao escritório do MPF com atribuição neste assunto para as providências que entender cabíveis.

O Dr. Flavio da OAB disse que concorda com a fala da Sra. Dionéia sobre a necessidade de abandonar o sectarismo, e voltou a comparar a questão de Belo Monte com a BR 319, pois houve licenciamento ambiental que prejudicou muitas pessoas. Que os representantes do Greenpeace que são contra a BR não vivem na região amazônica, sem acesso aos serviços básicos. Que a rodovia BR 319 não será construída, mas foi destruída pela incompetência do governo. De 2004 a 2014 se gastou muito papel para fazer um EIA-RIMA que não foi aprovado. Que onde o Estado está ausente, o crime domina, como nas UPPs do Rio de Janeiro.

O Sr. André da Associação de Amigos da BR 319 disse ainda que estão lançado um aplicativo (com áudio) para as pessoas que trafegam na BR, com informações sobre pontos de apoio e outras (como pontos de atoleiro, buracos, etc), independente de conexão com internet, que estará disponível a partir de sexta feira na plataforma Android.

A seguir, o Dr. Marco fez a fala de encerramento, em nome da OAB-AM, e a reunião foi encerrada.

A ata será encaminhada por e-mail para revisão de todos os presentes, conforme a lista assinada.